

VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho. O Trabalho no Século XXI:
Mudanças, impactos e perspectivas

GT 15 - Conflictividad laboral, sindicalismo y movimientos sociales
en América Latina en el siglo XXI

**A luta como resposta à crise:
a experiência das fábricas recuperadas no Brasil**

Aline Suelen Pires

A luta como resposta à crise: a experiência das fábricas recuperadas no Brasil

A partir da década de 1970, com a crise do fordismo e a reestruturação produtiva, ocorreram profundas transformações, não só no mundo do trabalho, mas em todas as esferas. Além disso, o Brasil passava, nos anos 80 e 90, por crises financeiras e mudanças na economia, o que levou à falência de muitas empresas. Para os trabalhadores, o resultado foi aumento do desemprego, perda de direitos sociais e precarização das relações de trabalho. Eles foram então impelidos a buscar novas formas de trabalho e renda, entre as quais o trabalho associado e autogestionário. Em 1994, surge a ANTEAG com o objetivo de apoiar grupos de trabalhadores a se unirem em cooperativas e assumirem o controle das fábricas falidas, permitindo, assim, a manutenção de seus postos de trabalho: são as “fábricas recuperadas” (FRs). Em 2003, é criada a UNISOL Brasil, com o objetivo de organizar e articular empreendimentos autogestionários. UNISOL e ANTEAG, ambas com origens relacionadas ao movimento sindical, passam a ser as principais instituições de apoio à criação e manutenção de FRs no país. Nossa pesquisa busca verificar se e de que maneira a proposta autogestionária se efetivou em FRs apoiadas pela ANTEAG e pela UNISOL, tendo decorrido mais de uma década do surgimento das primeiras experiências. Visitamos sete fábricas tentando compreender como estão organizadas, como se dá a participação dos trabalhadores, como funcionam as hierarquias e remunerações, quais são os espaços de tomada de decisões, como os trabalhadores percebem a experiência da autogestão, entre outros aspectos. Temos realizado um estudo longitudinal, empregando as técnicas de entrevista e observação, além de uma ampla revisão de estudos de caso.

Introdução

A partir da década de 1970, com a crise do modelo fordista de produção e o advento da reestruturação produtiva em todo o mundo, uma série de mudanças econômicas, sociais, culturais, tecnológicas e no âmbito do Estado vêm acontecendo. Com isso, o trabalhador assalariado passa a ser cada vez mais precarizado e perde garantias e direitos sociais. O desemprego, agora estrutural, atinge altos patamares. Essa nova realidade faz com que os trabalhadores partam em busca de alternativas de trabalho e obtenção de renda: muitos se sujeitam a novos tipos de contrato (que precarizam o trabalho e retiram direitos), outros tantos recorrem à informalidade e outros trabalhadores se unem em associações, cooperativas ou outros tipos de empreendimentos solidários, se auto-organizam e buscam tornar-se “patrões de si mesmos”.

A reestruturação produtiva vai se espalhando pelo mundo, assumindo em cada país certas particularidades, e o Brasil não é uma exceção. Além disso, passamos por graves crises econômicas nas décadas de 1980 e 1990. Essa conjuntura faz com que muitas empresas enfrentem dificuldades, se endividem (o que leva muitas à falência) e, como consequência, muitos trabalhadores perdem seus empregos. É nesse contexto que grupos de trabalhadores, ameaçados pelo desemprego, com salários atrasados e direitos trabalhistas a receber somente após anos de batalha judicial contra seus antigos patrões, percebem, com a ajuda dos sindicatos, que têm condições de assumir o controle das fábricas e, assim, continuar a ter renda. Em troca das dívidas trabalhistas, esses trabalhadores começam a ganhar na Justiça o direito sobre as instalações e maquinário que compõem a massa falida e, dessa maneira, formam cooperativas ou associações para gerir a empresa, agora com proposta autogestionária: são as chamadas “fábricas recuperadas”. Mas a questão não é tão simples, há muitos obstáculos que precisam ser superados.

Na tentativa de apoiar esses grupos de trabalhadores, surgiu, em 1994, a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG). A ANTEAG nasceu da iniciativa de lideranças sindicais e passou a atuar auxiliando nos processos de transição para a autogestão das empresas em situação de falência, tanto na parte de apoio técnico, buscando contribuir para a formação e orientação dos trabalhadores para a gestão, como facilitando as negociações com antigos proprietários, além de representar as empresas junto a órgãos públicos e na busca por financiamentos (ANTEAG, 2000; Pereira, 2007).

No ano 2000, surge também a União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL São Paulo), a partir de discussões no âmbito da CUT (Central Única dos Trabalhadores). A instituição, alguns anos depois, passa a ter abrangência nacional e vem a se chamar UNISOL Brasil. A UNISOL Brasil tem o objetivo de organizar, representar e articular as cooperativas, associações e outros empreendimentos autogestionários de economia solidária. Apesar de não se limitar a empreendimentos de produção industrial, a UNISOL Brasil passa a ser, juntamente com a ANTEAG, uma das principais instituições de apoio à criação e manutenção de fábricas recuperadas no país.

Depois de mais de dez anos do surgimento das primeiras fábricas recuperadas, vários empreendimentos já deixaram de existir por razões diversas. No entanto, algumas fábricas continuam em atividade, muitas das quais organizadas como cooperativas e afirmando manterem os valores autogestionários. No entanto, será que é isso mesmo que ocorre na prática?

Objetivos

A partir do que acabamos de expor, despertou-nos o interesse de verificar em que medida a proposta autogestionária se efetivou nas fábricas recuperadas, depois de mais de dez anos de funcionamento. Quais dessas empresas conseguiram superar os percalços apresentados naquele momento e permaneceram no mercado, mantendo a proposta original? Como o trabalho é organizado e como se dá a participação dos trabalhadores? Como os trabalhadores conseguiram, ou não, escapar de uma administração convencional, centralizada, hierarquizada? Qual é a percepção dos trabalhadores sobre sua condição? Eles incorporam efetivamente a proposta de autogestão?

Além disso, essas empresas autogestionárias surgem, como vimos, em um contexto em que o cooperativismo é “redescoberto” como possibilidade de trabalho em um momento de crise do emprego formal. Mas esse movimento das fábricas não vem isolado, apesar de ter suas particularidades. Ele acaba sendo identificado, não por iniciativa dos trabalhadores, mas dos sindicatos, teóricos e instituições de apoio, a um movimento mais amplo que recebe o nome, no Brasil, de “economia solidária”. Esse movimento, no entanto, reúne uma enorme diversidade de formas, como cooperativas populares, associações, grupos informais, clubes e feiras de trocas, entre outras. Apesar disso, grande parte da bibliografia considera que o movimento teria se iniciado no Brasil a partir das experiências de recuperação das fábricas desde os anos 1990. Assim, nosso

trabalho tem outro objetivo fundamental, qual seja, o de verificar, a partir do caso das fábricas recuperadas, como o discurso que é construído sobre a Economia Solidária no país, principalmente a partir da produção teórica de Paul Singer e de seus seguidores, se articula com as práticas de autogestão.

Metodologia

Nossa pesquisa tem se realizado através um estudo de tipo longitudinal, ou seja, buscamos observar as mudanças ocorridas com nosso objeto, isto é, as primeiras empresas autogestionárias, com o passar do tempo. Tomamos como referência, inicialmente, uma publicação da ANTEAG, dos anos 2000, intitulada “Autogestão: construindo uma nova cultura nas relações de trabalho” (ANTEAG, 2000). Esse livro apresenta um levantamento sobre as principais ou fábricas recuperadas que a ANTEAG vinha apoiando, desde sua criação. Tratava-se de 13 empreendimentos que tiveram suas histórias contadas e sua situação, daquele momento, apresentada (forma de organização, situação de mercado, problemas enfrentados). Embora muitas dificuldades pudessem ser observadas nos primeiros anos daquelas empresas, notamos uma grande expectativa de que este seria um caminho viável para os trabalhadores no mercado e que ainda lhes proporcionaria uma maior autonomia no trabalho. Posteriormente, além das empresas citadas na publicação, incorporamos outras fábricas surgidas no mesmo período e que agora são apoiadas pela UNISOL.

Estamos realizando uma pesquisa de campo que se utiliza basicamente das técnicas de observação e entrevistas com roteiros semi-estruturados. Temos visitado as empresas com o objetivo de observar o seu funcionamento, a organização e as condições de trabalho, as instalações, equipamentos e também para fazer entrevistas com membros da direção e trabalhadores. As entrevistas com a direção ou lideranças nos permite obter informações mais gerais sobre a própria fábrica (número de sócios, produção, faturamento), informações oficiais sobre o funcionamento da empresa e sobre relação com clientes e fornecedores. As entrevistas com os trabalhadores nos mostram como se dá a participação destes na gestão, nas decisões da empresa, qual sua percepção e consciência em relação ao trabalho autogestionário, como (e se) as informações circulam, como se dá a repartição dos ganhos, entre outras questões.

Resultados

Das fábricas recuperadas que surgiram entre meados da década de 1990 até os primeiros anos dos anos 2000, muitas já deixaram de existir, outras acabaram tornando-se empresas comuns e várias continuam em atividade até hoje, e são essas as que nos interessam em particular. Quando vamos a esses empreendimentos, percebemos que existe um esforço importante para a manutenção da autogestão, isto é, a ideia de uma empresa de propriedade coletiva gerida pelos próprios sócios-trabalhadores. No entanto, muitas dificuldades se apresentam, dificultando que a autogestão possa se realizar de maneira plena e eficaz.

Sabemos que essas empresas precisam fazer uma série de concessões para que consigam se inserir e sobreviver no mercado, uma vez que o alvo nunca deixou de ser esse: o mercado. A economia solidária não tem sido capaz de se organizar de tal forma a questionar e subverter os valores de mercado. O caminho que é apontado pelos seus militantes para isso é a criação de redes de circulação de matérias-primas e produtos entre os ditos empreendimentos solidários, criando uma espécie de “mercado paralelo” concorrente do mercado capitalista. No entanto, excluídas algumas iniciativas pontuais e localizadas, não é isso o que temos observado. Alguns podem questionar nossa afirmação argumentando que se trata de um processo lento e gradual, e assim o é, mas estamos observando importantes organismos da economia solidária, como a ANTEAG e a própria SENAES perderem força sem que nenhum avanço decisivo rumo a uma transformação mais ampla do mercado e da sociedade tenha sido observado.

Além de destinar seus produtos para o mercado, as empresas autogestionárias têm que se adequar em vários pontos para que isso seja possível: têm que adaptar sua organização do trabalho, segundo normas e padrões específicos, de forma a obter certificações (como ISO e outras) que tornam seu produto aceito e comercializável; têm que impor aos seus trabalhadores um ritmo e uma dinâmica de trabalho que garanta a produtividade necessária; têm que produzir a um determinado preço que se compare às concorrentes do setor; têm que se inserir na lógica da competição para conseguir ampliar mercado, entre muitas outras concessões.

Em muitos casos, notamos que existe uma consciência do trabalhador dessas fábricas de que ser cooperado significa ser sócio, ser dono, participar nas decisões. Porém, a própria lógica da produtividade, do “*time is money*” acaba impedindo que isso se efetive de uma maneira mais plena na prática. Principalmente nas empresas maiores, a participação dos trabalhadores acaba restrita a uma assembleia anual, ou seja, grande

parte das decisões relativas ao empreendimento acaba não sendo discutida de maneira coletiva.

É claro que precisamos reconhecer que, em geral, em empreendimentos autogestionários, a abertura para que o trabalhador chegue até a direção ou à administração é maior que em uma empresa convencional, em que a hierarquia e a burocracia costumam representar grandes obstáculos. No entanto, a participação não é uma prática exercitada cotidianamente pela maioria dos sócios, e é nesse sentido que questionamos se esses empreendimentos podem ser espaços de politização.

Quando falamos em resistência dos trabalhadores das fábricas recuperadas, não estamos falando de resistência ao capitalismo, em revolução socialista. Estamos falando de resistência ao desemprego, da luta para manter postos de trabalho e o sustento de suas famílias, o que levou esses trabalhadores a enfrentarem a morosidade e a parcialidade do sistema de Justiça em nosso país, a entrarem em confronto com a polícia, a acamparem na porta das fábricas por acreditarem que sua luta pela recuperação da empresa alcançaria o sucesso e seu ganha-pão fosse assegurado.

É importante salientar que a recuperação de fábricas e as outras tantas modalidades de empreendimentos que compõem a economia solidária representam uma luta muito importante dos trabalhadores na tentativa de construir novas formas de trabalho e obtenção de renda. No entanto, notamos que a necessidade de se inserir no mercado acaba por comprometer a ideia de autogestão. Observamos que essas formas não resultaram ou não têm resultado em uma transformação mais ampla do mundo do trabalho ou da sociedade de uma maneira geral, de forma que o capitalismo acaba absorvendo essas experiências de trabalho, tornando-as úteis em seu ciclo de produção.

Bibliografia principal

ANTEAG. *Autogestão: Construindo uma nova cultura de relações de trabalho*. São Paulo: ANTEAG, 2000.

FARIA, Maurício Sardá de. *Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital*. 411f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.

GAIGER, Luiz Inácio. “A economia solidária e o projeto de outra mundialização”. *Dados*, vol. 47, n. 4, Rio de Janeiro, 2004.

LEITE, Marcia de Paula; PIRES, Aline Suelen; CHERFEN, Carolina Orquiza; DUAIBS, Raquel. *As fábricas recuperadas no Brasil: um balanço bibliográfico* (mimeo).

LIMA, Jacob Carlos. “O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado”. *Rev. Brasileira de Ciências Sociais*, Oct. 2004, vol.19, nº.56, p. 45-62.

NOVAES, Henrique Tahan. “De tsunami a marola: uma breve história das fábricas recuperadas na América Latina”. *Lutas & Resistências*, Londrina, n. 2, p. 84 – 97, 1º sem. 2007.

ODA, Nilson Tadashi. *Gestão e Trabalho em Cooperativas de Produção: dilemas e alternativas à participação*. Dissertação apresentada à Escola Politécnica da Universidade Estadual de São Paulo. São Paulo, 2001.

PARRA, Henrique Zoqui Martins. *Liberdade e necessidade: empresas de trabalhadores autogeridas e a construção sócio-política da economia*. (Dissertação) São Paulo: FFLCH, USP, 2002.

RODRIGUES, Iram Jácome. “Relações de trabalho no ABC paulista na década de 1990”. In: RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (orgs.). *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa & RODRÍGUEZ, César. “Introdução: para ampliar o cânone da produção”, In: B. S. Santos (org.), *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

SILVA, Everaldo da. *A atuação do movimento sindical frente ao processo de falência. Os casos dos sindicatos dos mineiros/Criciúma e trabalhadores têxteis/Blumenau*. 2005. 170f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Centro de Ciências Humanas e da Comunicação da Universidade Regional de Blumenau. Blumenau, 2005.

SINGER, Paul. “Economia Solidária: um modo de produção e distribuição”. In: SINGER, P & SOUZA, A. R. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000a.

VALLE, Rogerio (org.). *Autogestão: o que fazer quando as fábricas fecham?* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

VIEITEZ, Candido; DAL RI, Neusa Maria. *Trabalho associado. Cooperativas e empresas de autogestão*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.